

Empreendimentos Solidários num ambiente Capitalista: Variáveis para seu desenvolvimento

Magda M. Tirado-Soto¹, Fabio L. Zamberlan²

¹ *Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ – magda@pep.urj.br*

² *Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – fabio@pep.ufrj.br*

Resumo

A Economia Solidária surge criando identidade aos empreendimentos populares e instituindo novos princípios para os modos de produção. A maioria das pessoas que conformam estes empreendimentos são pessoas excluídas no mercado de trabalho, seja por idade, por falta de qualificação ou por inexistência de postos de trabalho. Este público alvo coloca a necessidade de dotar os empreendimentos da economia solidária com instrumentos que permitam a sua sustentabilidade e competitividade no mercado, assegurando assim, a inclusão social e econômica de enorme parcela da sociedade. Assim, estes empreendimentos representam grandes desafios para que sejam verdadeiramente solidários, autogestionários, sustentáveis economicamente e ecologicamente corretos, e que por tanto; também representam um desafio para a teoria existente em descrever e explicar suas operações e variáveis de sucesso.

Neste sentido propõe-se com este trabalho, uma reflexão sobre as variáveis que entram em jogo para que os empreendimentos solidários alcancem seus objetivos. Assim sendo, se elaborou uma matriz para relacionar a influencia do ambiente na organização, no grupo social, no indivíduo e, vice-versa, pois; mudanças importantes podem ocorrer a partir da conscientização do indivíduo. Conclui-se que a identificação das variáveis correspondentes a um empreendimento solidário pode ser determinante para provocar as mudanças almejadas pela economia solidária.

Palavras-chave: Empreendimento solidário; Capitalismo; Exclusão social; Teoria das contingencias; Teoria do desenvolvimento organizacional.

1 Introdução

A globalização acentuou a brecha das desigualdades econômicas e sociais. Como exemplo, temos as crises econômicas entre os anos 80 e 90 na América Latina, após que os governos aplicaram políticas neoliberais. Nessa realidade, os projetos organizados por comunidades pobres assumiram a forma da economia solidária. A ajuda mútua é fundamental para que as pessoas desprovidas de capital possam melhorar sua situação social e econômica. Isto porque a alternativa seria que alguns membros da comunidade assumam o papel de capitalistas e assalariar os demais. Hipótese que era, e ainda é improvável pela falta de recursos. Além disso, comprovado está, na prática em diversos lugares, que o desenvolvimento que combate a pobreza é solidário.

Foi assim, que se vislumbrou que os empreendimentos populares, tinham respostas para os problemas de emprego e renda. As associações e cooperativas adquiriram maior relevância, mas, apresentaram dificuldades para crescer concorrendo no mercado capitalista. Dessa forma seguindo as necessidades de sustentabilidade econômica se aplicaram as teorias sobre a economia de escala e redes organizacionais com o diferencial da economia solidária: a propriedade coletiva dos meios de produção e; autogestão.

Como exemplo pode-se citar a rede de cooperativas “Justa Trama” (cadeia ecológica do algodão solidário) da qual participam agricultores, fiadores, tecedores, coletores e beneficiadores de sementes e costureiras de cinco estados do Brasil. As cooperativas cobrem todos os elos da cadeia do algodão - do plantio à roupa. Outro exemplo é a rede “CataSampa” formada por 15 cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, do estado de São Paulo, que buscam unir esforços, garantindo a produção em escala e comercialização direta com a indústria. Embora existam várias experiências da atuação em rede no Brasil, o sucesso depende do desenvolvimento de cada um dos empreendimentos.

A questão é que estes empreendimentos econômicos solidários são expressão da criatividade popular frente à exclusão social, e se inserem, querendo ou não, numa lógica de mercado capitalista; são afetados pelo ambiente no qual se desenvolvem. Sendo assim, será que um empreendimento solidário poderá resultar efetivamente numa expressão de autogestão, cooperação e viabilidade econômica? Será que estes empreendimentos não são mais que uma alternativa compensatória para a pobreza, e que uma vez superada a pobreza, a economia solidária poderia deixar de acontecer? Por outro lado, será que a autogestão é congruente com a vulnerabilidade social e econômica inerentes às pessoas que conformam estes empreendimentos?

Para discutir estas questões o presente artigo desenvolve seis seções. Esta primeira seção introdutória; na segunda, terceira e quarta seção se faz uma reflexão sobre a economia solidária e o capitalismo, a economia solidária e a exclusão social e; a competitividade num empreendimento solidário, respectivamente. Após estas discussões se desenvolve na quinta seção a matriz de variáveis que influenciam nos empreendimentos solidários, na sexta seção se aplica a matriz num caso prático e; finalmente na sétima seção, se apresentam as conclusões.

2 Economia solidária e o capitalismo

Segundo Singer (2006), a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual; cuja reprodução, não entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

Por outro lado Gaiger (2003) vê a economia solidária como uma “nova forma de produção” contrária à forma social de produção assalariada e não necessariamente um modo de produção distinto, já que se identifica uma “nova racionalidade passando a gerenciar os fatores produtivos”, mas não há mudanças profundas na base técnica do processo produtivo em relação à das fábricas capitalistas, suas principais diferenças residem nas “novas formas de relações de trabalho”.

Por outro lado, Lisboa (2004) argumenta que se pode construir uma alternativa ao capitalismo ao interior do mesmo, pois estamos todos dentro dele e de alguma forma colaboramos com este sistema na vida cotidiana.

O ambiente econômico atual, além de exercer pressão contrária ao desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários, influi também, de modo profundo, no seu funcionamento interno, tais como, a problemática da falta de capitais, a mentalidade capitalista dos associados e, não raro, dos próprios dirigentes, etc. Inclusive à medida que os empreendimentos solidários crescem em suas operações e se modernizam tecnologicamente, correm o risco de assumir também os mesmos padrões das organizações hierárquicas verticais ou mecanicistas. Além de que, nem sempre se liberam do espírito da concorrência, pois, na prática elas disputam o mercado lutando contra as empresas de capital privado, quanto entre elas mesmas.

Ao constatar que a economia capitalista possui princípios diferentes da economia solidária, é importante compreender como se dá a convivência entre ambas, para construir as bases de entendimento dos fatores associados à forma de organização, à gestão e à identidade do trabalhador pertencente a um empreendimento econômico solidário.

Nesse sentido, Gaiger (2003) propõe três exigências para que os empreendimentos solidários mantenham os seus traços distintivos: a) assumir a base técnica herdada do capitalismo, dela retirando benefícios para a sua forma social de produção própria ou, ainda, alcançando desenvolver, paulatinamente, forças produtivas específicas e apropriadas a sua consolidação; b) cotejar-se com os empreendimentos capitalistas, dando provas de superioridade do trabalho associado perante as relações assalariadas, à medida que impulsionam, em seu interior, uma dialética positiva entre relações de produção e forças produtivas; c) resistir às pressões do ambiente econômico, por meio de mecanismos de proteção e da externalização da sua lógica cooperativa às relações de intercâmbio e de troca.

Embora se espere transformar os modos de produção no interior dos empreendimentos solidários, na prática pode-se comprovar que suas dinâmicas econômicas podem significar parcerias com empresas capitalistas, que por vezes podem incorporá-los a sua cadeia produtiva e inclusive patrociná-los. Isto nos leva a visualizar as dicotomias que enfrentam os empreendimentos solidários na economia capitalista: cooperação/competição, solidariedade/individualismo e autogestão/heterogestão. Essas dicotomias revelam por um lado a complexidade das interações destes empreendimentos na economia capitalista e por outro, a polaridade das noções com os quais se defrontam nos seus processos produtivos e de maturidade organizacional como empreendimento solidário.

3 Economia solidária e exclusão social

O capitalismo gerou desigualdades econômicas e sociais marcantes na sociedade. Na América Latina na busca de estratégias de sobrevivência e subsistência, segundo Reis (2005), a população excluída do mercado de trabalho passou a realizar trabalhos individuais, familiares ou em grupos, resultando em inúmeros empreendimentos sob forma de microempresas, pequenas oficinas e sociedades informais, funcionando de maneira permanente, temporária ou mesmo ocasional. No que diz respeito ao alcance de tais iniciativas, poder-se-ia considerar apenas uma alternativa ao desemprego para grupos populares, mas a economia solidária vê nelas embriões de formas de organizar a produção e a sociabilidade entre os trabalhadores numa perspectiva de superação do capitalismo. Assim a economia solidária tem por meta a inclusão social do ser humano em contraposição à exclusão social gerada pelo capitalismo. Assim sendo, a situação de exclusão social é o grande motivador para formação dos empreendimentos solidários.

Nesta situação reparando no conceito de exclusão social, o qual, entre outras definições, está referido à falta de proteção estatal refletido no desemprego, na falta do trabalho formal, acesso à saúde, educação, cultura e lazer; podemos apreciar que os empreendimentos solidários no Brasil, ainda continuam sem resolver esta situação de exclusão social. Podemos citar, por exemplo, que no Estado do Rio de Janeiro o 80% dos empreendimentos considerados solidários são ainda informais (Relatórios SIES 2005/2007). Sendo assim, a economia solidária ainda atua sob a forma de organizações econômicas de caráter mais imediato, preconizando soluções emergenciais e de subsistência.

A situação de vulnerabilidade social e econômica na qual estão imersos os participantes é expressa na falta de qualificação formal e técnica; além dos problemas psicossociais que geralmente apresentam. Esta situação constitui um grande desafio para a economia solidária

que focaliza ao indivíduo como a base a partir do qual se constrói não só uma atividade econômica se não toda uma transformação social e democrática.

Embora a autogestão se dê a partir dos processos já existentes nos empreendimentos, os problemas relacionados ao indivíduo pela sua situação de vulnerabilidade, requer especial atenção, pois o trabalhador agora é dono dos meios de produção e por tanto dono dos meios de planejamento. Para Singer (2006) é preciso que todos os sócios se informem do que ocorre no empreendimento e das alternativas disponíveis para a resolução de cada problema. O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática direta exige. A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes.

Este processo de descobrimento do ser humano enquanto agentes populares e principalmente; solidários é lento. Cada pessoa, homem ou mulher, empobrecido e excluído da sociedade, passa por um processo de valorização das forças e das próprias capacidades para ser e fazer, de trabalhar e de empreender (RAZETO apud GAIGER, 1999). Por isso, se o que se pretende é diminuir a exclusão social, o indivíduo “excluído” necessita ser conscientizado e capacitado. Duas tarefas difíceis de concretizar. São tarefas que significam processos lentos e que na prática são processos paralelos ao desenvolvimento da atividade econômica.

4 Atuação em rede dos empreendimentos solidários: uma alternativa para tingir a competitividade

Os empreendimentos solidários têm objetivos amplos, como a inclusão social e a sustentabilidade econômica e ambiental. Para o cumprimento de tais objetivos se reconhece a necessidade de sair do isolamento e construir possibilidades de cooperação e intercâmbio com outras unidades produtivas e parcerias com distintos setores da sociedade. Assim, nascem as Redes de Colaboração Solidária (RCS) que segundo Mance (2009) é uma estratégia para potencializar conexões já existentes e conectar empreendimentos solidários de produção comercialização, financiamento, consumo e outras organizações populares, em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, auto-sustentável.

Mas, para o mercado capitalista, segundo Rufino (2005) não importa a estrutura adotada pelos empreendimentos solidários, e sim a qualidade e eficiência de seus produtos e serviços em termos competitivos. Então, para que isto ocorra, as estratégias competitivas destes empreendimentos deverão estar voltadas para a adoção de elementos necessários a sua sustentação, ou seja, qualificação técnica, produtividade, conquista de mercado e ampliação do capital. Nesse sentido, Rutkowski (2008) afirma que a atuação em rede, facilita o acesso a recursos tais como assistência técnica e financiamento de equipamentos e infraestrutura, além de que a troca de experiências entre empreendimentos melhora seus processos de gestão e produção.

A busca de resultados vale-se das potencialidades do trabalho consorciado, em favor dos próprios produtores e no interesse da sobrevivência dos empreendimentos. Ao explorar essa hipótese, cabe aos estudos empíricos averiguar em que medida o êxito dos empreendimentos solidários está vinculado a circunstâncias e fatores cujo efeito positivo decorre proporcionalmente do caráter autogestionário e cooperativo por eles incorporado. (GAIGER, 2004).

5 Matriz de variáveis que confluem nos empreendimentos solidários:

Pelo descrito anteriormente os empreendimentos solidários compreendem duas direções: a viabilidade econômica e; as práticas de autogestão e de cooperação no trabalho.

Segundo Gaiger (2004), o primeiro elemento, referido à viabilidade econômica supõe a análise do processo de trabalho (a tecnologia utilizada) e o ambiente ou entorno local onde se desenvolve. Deve-se considerar também que o mercado capitalista além de exercer pressão contrária ao desenvolvimento dos empreendimentos solidários influi também, de modo profundo no seu funcionamento interno. Nesse sentido, segundo Chiavenato (1999) a abordagem contingencial explica que existe uma relação funcional entre as condições do ambiente e as técnicas administrativas apropriadas para o alcance eficaz dos objetivos de uma organização. As variáveis ambientais são variáveis independentes, enquanto as técnicas administrativas são variáveis dependentes dentro de essa relação funcional.

O segundo elemento, referido à autogestão e cooperação supõe, continuando com o raciocínio de Gaiger (2004), os modos de adesão dos membros aos empreendimentos solidários, as motivações iniciais e os mecanismos engendrados para qualificar a sua participação. Envolve igualmente os estilos de solidariedade, idealizados e praticados nessas experiências em seu estágio atual e nas suas tendências de evolução. Estar-se-ia falando do comportamento organizacional num empreendimento solidário. Nesse sentido, encontramos na literatura administrativa, a teoria do desenvolvimento organizacional a qual enfoca os diferentes estratos da estrutura das organizações: o indivíduo, o grupo social, a organização e o ambiente. Estratos estes, que podem ser influenciados para provocar mudanças comportamentais que se refletirão na cultura das organizações.

Considerando estas duas teorias: teoria das contingências e teoria do desenvolvimento organizacional, podemos construir uma matriz para identificar aquelas variáveis que influenciam nos empreendimentos solidários. Esta matriz explicita as variáveis que desde o ambiente podem afetar ao o indivíduo e; no sentido contrario, como a partir do indivíduo se pode afetar também ao ambiente, provocando primeiro, mudanças pessoais, depois no grupo social, na cultura organizacional e finalmente modificar o ambiente local no qual se desenvolve.

Na Tabela 1, se listam as variáveis ambientais da teoria das contingências, as quais são: políticas, econômicas, tecnológicas, legais, sociais e culturais, demográficas e ecológicas. Todas estas variáveis afetando, por sua vez, às variáveis consideradas na teoria do desenvolvimento organizacional: meio ambiente, organização, grupo social e o indivíduo.

Assim, na teoria do desenvolvimento organizacional *o meio ambiente*, focaliza aspectos como a turbulência ambiental, a explosão do conhecimento, da tecnológica, das comunicações, o impacto dessas mudanças sobre as instituições e valores sociais, etc. *A organização* considera o impacto ambiental e as características necessárias para seu dinamismo e flexibilidade. *O grupo social* considera aspectos de liderança, comunicação, relações interpessoais, conflitos, etc. E; por último *o indivíduo* ressalta suas motivações, atitudes, necessidades, etc.

Esta matriz pode ser explicada também como uma concatenação de influências correspondentes às mudanças e inovações ocorridas no ambiente e no comportamento humano. É importante frisar, que no caso dos empreendimentos solidários, do que se trata é de projetar sua viabilidade econômica a partir da sua localização no mercado “capitalista” no qual está inserido e; a conscientização real e efetiva dos participantes destes empreendimentos. Acredita-se que mudando o comportamento humano, a partir de quem se constrói todo o projeto da economia solidária, conscientizando verdadeiramente ao indivíduo é que se produziram as mudanças almejadas e muitas vezes criticadas como uma utopia.

VARIÁVEIS	TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL				
	AMBIENTE	ORGANIZAÇÃO	GRUPO SOCIAL	INDIVÍDUO	
TEORIA DA CONTINGÊNCIA	Políticas	Políticas: Federal, Estadual e Municipal	Estrutura Organizacional e Administrativa	Regimento Interno	Exercício da Cidadania
	Econômicas	Grau de Industrialização, Política Fiscal, Desenvolvimento Local, Renda per capita, Fontes de Financiamento Mercado de Compradores, etc.	Cientes/Atividades de Marketing Política de preços Demanda Lucratividade (sobras líquidas) Patrocínio/Inst. Apoio, etc.	Divisão Igualitária dos Lucros (sobras líquidas)	Inclusão Econômica
	Tecnológicas	Maquinarias, Equipamentos, Inovações externas, Assistência Técnica, Informações, fornecedores de recursos, mão de obra qualificada, etc.	Tipo de produto Produção unitária Produção em Massa Tipo de Matérias primas Nível de Produtividade Controle da Qualidade, etc.	Tamanho e natureza dos grupos de trabalho Supervisão dos grupos Padrões de desempenho dos grupos. Adaptabilidade às novas tecnologias, etc.	Qualificação e Competência
	Legais	Legislação vigente: Tributários, Trabalhista, Civil, Comercial, de proteção ambiental, etc.	Adequação às Leis Promover a promulgação ou a derogatória de leis.	Sistema de recompensas e punição dos grupos	Reconhecimento de seus direitos e deveres cidadãos
	Sociais/ Culturais	Tradições, Moda, Consumismo, níveis de pobreza e exclusão social, existência de Sindicatos, Movimentos de Classe, etc.	Cultura Organizacional Capital Social Nível de Solidariedade Responsabilidade Social, etc.	Nível de Confiança e de Cooperação, Horizontalidade nas Relações de trabalho, etc.	Inclusão Social
	Demográficas	Distribuição geográfica, distribuição por sexo, idade, raça, religião, etc. Crescimento populacional mudanças nas estruturas das populações, etc.	Características das pessoas que trabalham na organização: comportamentos, habilidades, hábitos, costumes, conflitos, etc.	Grupos com características similares	Baixo nível de escolaridade, morador de áreas de risco, exposto à vulnerabilidade econômica e social
	Ecológicas	Tipo de terreno, condições do clima em geral, vegetação, etc.	Responsabilidade Ambiental	Tarefas em prol do meio ambiente	Grau de Consciência ambiental

Tabela 1- Matriz de variáveis que influenciam nos empreendimentos solidários.

Fonte: Adaptado de Chiavenato (1999)

As variáveis desta matriz, não são finitas, podem ser distintas e dependem do tipo de empreendimento e devem percorrer os dois sentidos; de “fora para dentro” e “de dentro para fora” (ver figura 1). Isto é importante para verificar até que ponto o capitalismo influencia nos empreendimentos solidários afetando seus princípios, até que ponto as teorias administrativas usadas no mercado capitalista podem ser usadas também nos empreendimentos solidários e;

até que ponto os indivíduos pertencentes aos empreendimentos solidários podem sim, efetivamente afetar e mudar os modos de produção capitalista e contribuir efetivamente com a inclusão social.

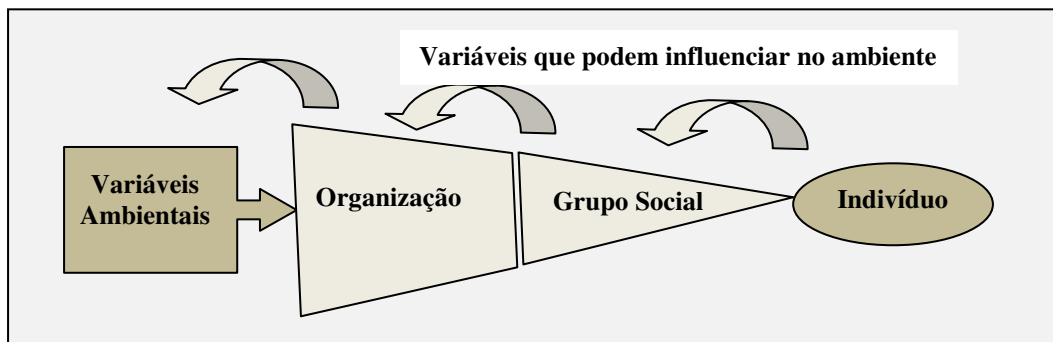


Figura 1 – Concatenação de influências que provocam mudanças no ambiente e no indivíduo.
Fonte: Elaborado pelos autores

6 Aplicação da matriz: rede nacional de empreendimentos solidários do PROVE

A Rede Nacional de Empreendimentos Solidários do PROVE (RNESP) é uma associação sem fins lucrativos que nasceu da articulação de algumas cooperativas e grupos que formam parte do Programa de Aproveitamento de Óleo Vegetal do Estado de Rio de Janeiro (PROVE). O projeto tem como missão “melhorar a qualidade de vida do catador de materiais recicláveis”; o que significa não apenas a geração de renda, se não também educação, saúde, bem-estar social, etc. Assim foi criada uma central para que os diferentes grupos afiliados à rede possam realizar vendas conjuntas e, sobretudo possam encontrar apoio técnico e assessoria para a gestão dos seus empreendimentos.

A central se localiza na zona norte do Município do Rio de Janeiro. É uma área de 600 m², cedida em comodato pela empresa que administra a SuperVia, no bairro de Cascadura. O local, ainda em reforma, seria um centro de coleta, triagem e beneficiamento de materiais recicláveis dando ênfase o óleo residual vegetal. Espera-se que na central, uma vez em funcionamento, os catadores das cooperativas afiliadas à rede (19 cooperativas em total) possam compartilhar tecnologias. O efeito multiplicador seria refletido nos seus empreendimentos, se fortalecendo e adquirindo cada vez mais autonomia e auto-sustentabilidade econômica.

Para isso analisam-se, a partir da matriz descrita neste artigo as variáveis que podem exercer influência no empreendimento e como a sinergia da atuação em rede podem também influenciar no ambiente no qual estão inseridos. Como por exemplo, no âmbito da responsabilidade ambiental das empresas e da comunidade em geral, existe uma cobrança cada vez maior pela destinação adequada dos resíduos e; nesse cenário, destaca-se a participação fundamental das cooperativas de catadores de materiais recicláveis e da indústria de transformação. Assim, dentro da cadeia produtiva da reciclagem, as cooperativas, associações e grupos informais seguem os princípios da economia solidária, mas a sua atuação se insere numa cadeia produtiva regida por fortes agentes capitalistas, como é o caso da indústria transformadora. Por isso, a necessidade de sua atuação em rede para fortalecer os empreendimentos dos catadores e ocupar maior espaço na cadeia produtiva da reciclagem.

VARIÁVEIS	TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL				
	AMBIENTE	ORGANIZAÇÃO	GRUPO SOCIAL	INDIVÍDUO	
TEORIA DA CONTINGÊNCIA	Políticas	<ul style="list-style-type: none"> Política Nacional de Resíduos Sólidos Agenda Ambiental na Administração Pública Lei 3.369 – Normas para a Destinação final de garrafas plásticas. Decreto 5940 – Resíduos gerados na Adm. Pública deverão ser doados às cooperativas de catadores. 	Associações Cooperativas ONG's	Catadores de matérias recicláveis: de rua, grupos informais e grupos formalizados	Catador: Agente Ambiental
	Econômicas	<ul style="list-style-type: none"> Rio de Janeiro: Cidade Industrializada Principais Atividades Econômicas: comércio, turismo, serviços, construção civil e indústria. Salário Mínimo: 581,88 Impostos: IPI, ICMS 	Na cadeia produtiva da reciclagem, encontram-se na base da pirâmide. A atuação em rede é a melhor estratégia de competitividade	A maioria dos grupos aplica políticas igualitárias na distribuição do trabalho e a renda	Catador: desempregado
	Tecnológicas	<ul style="list-style-type: none"> Coleta Seletiva no RJ Poucas Indústrias de Transformação no RJ Mercado de Maquinarias e Equipamentos 	Aplicação de tecnologia mecanizada.	Trabalho manual e organizado dos grupos.	Catador: sem qualificação técnica
	Legais	<ul style="list-style-type: none"> Lei cooperativismo Resoluções CONAMA Licenciamento Ambiental 	Estrutura física e estrutural adequada às legislações vigentes.	Disciplina e compromisso com as normas legais vigentes	Catador: Categoria profissional, Oficializada na CBO - no ano de 2002.
	Sociais/ Culturais	<ul style="list-style-type: none"> Cultura Consumista Cultura dos produtos descartáveis. Falta de Conscientização ambiental. Exclusão Social 	Responsabilidade Ambiental e Social da organização. Empreendimento Solidário	Oportunidade para atividade econômica no mercado da reciclagem	Catador: procura sua Inclusão Social em todo o sentido.
	Demográficas	<ul style="list-style-type: none"> População: 6.136.65 Área (em km²): 1.264,296 Densidade Demográfica (habitantes por km²): 5.190,5 	Localização do empreendimento em locais pequenos e em bairros pobres inclusive dentro dos morros	Agrupação de pessoas com as mesmas características demográficas	Baixo nível de escolaridade, e exposto à vulnerabilidade e econômica e social
	Ecológicas	<ul style="list-style-type: none"> Litoral: Praias Bahia de Guanabara Mata Atlântica Clima: tropical atlântico 	A organização do trabalho de acordo às mudanças climáticas: Excesso de sol e fortes chuvas.	Alteração das formas de trabalho pelo clima.	Consciência ambiental

Tabela 2: Matriz de variáveis que afetam à Rede Nacional de Empreendimentos Solidários do PROVE

Fonte: Elaborado pelos autores.

7 Conclusões

O presente trabalho apresentou informações em assuntos que são discutíveis e que na prática se apresentam de diferentes formas, como é a relação ou a convivência da economia solidária e o capitalismo, o significado da exclusão social na economia solidária, a competitividade num empreendimento solidário. São temas em discussão, pois a economia solidária ainda está em processo de construção.

Desse modo, embora os resultados deste artigo apresentem limitações de extensão, se tentou responder as questões que motivaram este artigo e se apresentou a proposta da criação de instrumentos que auxiliem o processo de gerenciamento dos empreendimentos solidários. Por outro lado se pretendeu contribuir com uma metodologia para registrar as transformações dos modos de produção destes empreendimentos, uma vez que as evidências empíricas possam começar a reforçar a tese de que os empreendimentos solidários podem transformar de “dentro para fora” a economia capitalista numa economia mais solidária.

Ao respeito, se defende a proposta de que só haverá transformação numa economia a partir da transformação do indivíduo. Nesse sentido as teorias administrativas apresentadas podem ser aplicadas para atingir o objetivo de criar mudanças comportamentais e responder de forma adequada ao ambiente que o circunda. Estar consciente e preparado para responder ao ambiente sem modificar a “cultura” solidária do empreendimento pode ser viável. A soma de mais empreendimentos deste tipo poderia acrescentar a participação da economia solidária num cenário cada vez maior.

8 Referências Bibliográficas

- DE OLIVEIRA, H. *Cooperativas em Rede e Autogestão do Conhecimento*. Rio de Janeiro, 2006
- CHIAVENATO, I. *Teoria Geral da Administração. 5ª Edição, Vol. 2. Editora Campus. Rio de Janeiro (1999).*
- GAIGER, L. *Empreendimento Econômico Solidário*, in CATTANI, D. & LAVILLE, L. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo, 2009.
- GAIGER, L. A Economia Solidária no Brasil: gênese, presença atual e questões de pesquisa. Oficina do CES. Coimbra, 2008
- GAIGER, L.. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Revista Quadrimestral de Ciências Sociais editada pelo Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia*. Caderno CRH Vol. 16 Nº 39 (2003). <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=171> acessado em 07/04/2010
- GAIGER, Luiz Inácio. O Trabalho ao Centro da Economia Popular Solidária. In: *XXIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu: outubro/ 1999b*. Relatório da Apresentação ao Grupo de Trabalho: Trabalho e Sociedade.
- LISBOA, A. Economia Solidária Hoje: Significado e perspectivas. In: Universidade Federal de Santa Catarina – Centro Sócio-econômico – Departamento de Ciências Econômicas. Texto para Discussão, Nº 05/2004.
- LEON, M. Uma Análise de Redes de Cooperação das Pequenas e Médias Empresas do Setor das Telecomunicações. Dissertação Mestrado, Engenharia de Produção da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 1998.
- MANCE, E. *A Revolução das Redes: A Colaboração Solidária como uma alternativa pós-capitalista á globalização atual*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- MANCE, E. *Redes de Colaboração Solidária*, in CATTANI, D. & LAVILLE, L. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo, 2009.
- MELO NETO, J. & MAGALHÃES, S. *Bairros Pobres, Ricas Soluções: Banco Palmas de ponto a ponto. 1 ed. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.*
- REIS, C. Economia solidária: um instrumento para inclusão social? *Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada. 3 a 6 de outubro de 2005 Porto Alegre – Rio Grande Do Sul*. <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e10-02.pdf>. Acessado em 05/04/2010

RUFINO, S. A Contribuição da Engenharia de Produção para a Economia Solidária. XIII SIMPEP - *Bauru, SP, Brasil, 6 a 8 de Novembro de 2006*. http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/808.pdf Acessado em 08/10/2010

RUTKOWSKI, J. Sustentabilidade de Empreendimentos Econômicos Solidários – Uma abordagem na Engenharia de Produção. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção. COPPE, UFRJ, (2008)

SANTOS, B. & RODRIGUEZ, C. Para ampliar o cânone da produção. In *B. Santos (Org.), Produzir para viver- os caminhos da produção não capitalista* pp. 23-77, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo, 2006.